

**PROPOSTAS PARA O ENCONTRO DO COLETIVO NACIONAL DE
MULHERES – FENAJUFE
25 E 26 DE ABRIL DE 2026**

Em reunião realizada no dia 17 de abril de 2026, virtual, na qual participaram as coordenadoras Alessandra Matias Barbosa e Joana D’Arc Carvalho Guimarães e filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG, atendendo à convocação publicada no site da entidade no dia 15/04/26, foram aprovadas pelos presentes as seguintes propostas para serem apreciadas e deliberadas no Encontro do Coletivo Nacional de Mulheres organizado pela Fenajufe.

Diante dos desafios estruturais enfrentados pelas mulheres brasileiras, especialmente no que se refere à violência de gênero, desigualdade no trabalho e violação de direitos fundamentais, saúde, entre outras, apresentamos as seguintes propostas para debate e deliberação:

1. **Combate à Misoginia Estrutural:** Implementação de políticas públicas permanentes de educação de gênero nas escolas, desde o ensino básico; Criação de campanhas nacionais contínuas de conscientização contra a misoginia nos meios de comunicação; incentivo à responsabilização civil e penal de práticas discriminatórias contra mulheres em ambientes públicos e privados; Fortalecimento de espaços de escuta e acolhimento para mulheres vítimas de violência simbólica e psicológica.
2. **Enfrentamento ao Femicídio:** Ampliação e fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), com funcionamento 24h; Criação de protocolos nacionais mais rigorosos de prevenção ao feminicídio, com monitoramento de agressores reincidentes; Garantia de medidas protetivas eficazes, com fiscalização ativa e uso de tecnologias como tornozeleiras eletrônicas; Formação continuada de agentes de segurança pública e do Judiciário com perspectiva de gênero.
3. **Combate à Violência Doméstica:** Ampliação da rede de casas de acolhimento para mulheres em situação de risco; Garantia de assistência jurídica gratuita e especializada para vítimas; Criação de programas de autonomia econômica para mulheres vítimas de violência, incluindo acesso a emprego e renda;

Integração entre políticas de saúde, assistência social e segurança pública para atendimento humanizado.

4. **Reforma da Jornada de Trabalho:** Fim da Escala 6x1; defesa da redução da jornada de trabalho de 6x1 para 5x2, sem redução salarial; Reconhecimento do impacto desproporcional da jornada exaustiva sobre as mulheres, especialmente as que acumulam trabalho doméstico e cuidado; Promoção de políticas que incentivem equilíbrio entre vida profissional e pessoal; Articulação com movimentos sindicais e sociais para construção de uma agenda nacional de valorização do trabalho digno.
5. **Fortalecimento da Participação Política das Mulheres:** Incentivo à participação feminina nos espaços de poder e decisão; Criação de mecanismos que garantam o cumprimento efetivo das cotas de gênero; Apoio à formação política de mulheres, especialmente das periferias e zonas rurais. Essas propostas visam não apenas enfrentar as violências diretas, mas também transformar as estruturas que sustentam a desigualdade de gênero no Brasil. Propor que a Federação incentive a participação política das mulheres, trabalhadoras do Poder Judiciário em todos os Estados da Federação como forma de levar as reivindicações da categoria bem como ter mais representantes femininas no Congresso Nacional para lutar pelas implementações aqui expostas.
6. **Saúde dos servidores:** diante do número alto de pessoas com fibromialgia, sendo que 80% dos pacientes são mulheres, muitas delas com ideação suicida devido à dores e falta de conhecimento e apoio dos órgãos públicos. Propõe-se que os tribunais proporcionem tratamento digno dos casos já existentes, elabore mapeamento de casos, assim como desenvolva campanhas permanentes de orientações adequadas, redução de jornadas e acolhimento. Ressalte-se que as chefias e colegas não estão devidamente preparados para lidarem com servidores que apresentam a doença e seus sintomas, muitas vezes por desconhecimento e falta de orientações. Ações afirmativas e informativas auxiliam na prevenção de autoextermínio em virtude de dores crônicas.
7. **Isenção da cobrança de IRPF e PSS** para os fibromiálgicos, em virtude do reconhecimento legal já existente de sua condição de PCD.

8. **Aposentados:** atenção especial às mulheres aposentadas. Plano de saúde com custo elevado e reembolso, por parte do tribunal, em especial no TRF6, bem abaixo da média da Unimed.
9. **Intensificar campanhas e lutas** pela aprovação da PEC 006/24 – fim da contribuição previdenciária dos aposentados – e lutar para agilizar a tramitação da SUG 011/25, que estabelece a manutenção do auxílio alimentação para os servidores públicos aposentados.
10. **Intensificar luta e pressão no STF** para agilizar julgamentos de pautas que favoreçam aposentados e PCDs.
11. **Criar campanhas e ações** nos ambientes de trabalho sobre envelhecimento feminino que visam o acolhimento e orientação, preparando-as para as adversidades advindas com a idade.
12. **Campanhas contra o etarismo** feminino nos locais de trabalho.
13. **Campanhas e orientações permanentes** voltadas, especialmente para idoso e, mulheres, para não se tornarem vítimas de golpes financeiros, bets, empréstimos consignados, entre outros.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2026.

Diretoria Executiva - Sitraemg